



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-15/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA

E DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE PRAGAS URBANAS

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA nº 1.25.000.001866/2026-51

SUMÁRIO

SEÇÃO I – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	1
SEÇÃO II – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVAS.....	2
SEÇÃO III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	3
III.1. DO SERVIÇO DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE VETORES E PRAGAS URBANAS.....	3
III.2. DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.....	4
III.3. DO USO E DESCARTE APROPRIADO DE PRODUTOS.....	4
III.4. CRITÉRIOS DE SEGURANÇA E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI).....	5
SEÇÃO IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	5
IV.1. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAIS.....	5
IV.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	6
IV.3. SUBCONTRATAÇÃO.....	6
IV.4. REQUISITOS GERAIS.....	6
IV.5. DA VISTORIA FACULTATIVA.....	7
SEÇÃO V – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	8
V.1. Do Reajuste.....	9
V.2. Obrigações da CONTRATANTE.....	9
V.3. Obrigações da CONTRATADA.....	10
SEÇÃO VI – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	12
VI.1. Da Fiscalização.....	13
VI.2. Dos Recebimentos Provisório e Definitivo.....	13
SEÇÃO VII – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	14
SEÇÃO VIII – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, REGIME DE EXECUÇÃO E PREÇO MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO.....	14
SEÇÃO IX – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.....	20
SEÇÃO X – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	21
SEÇÃO XI – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	21
APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	22
APÊNDICE II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR).....	22
APÊNDICE III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS.....	24

SEÇÃO I – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de **serviços de limpeza e desinfecção química das caixas d'água** e de **serviços de controle de vetores e pragas urbanas**, incluso o **fornecimento**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

de mão de obra, laudo laboratorial de análise da potabilidade da água, equipamentos, materiais e produtos químicos para o edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Paraná, em Curitiba/Paraná, neste documento denominada CONTRATANTE, e sedes das Procuradorias da República nos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e Umuarama.

2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos até o limite de 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade econômica para a Administração, nos termos dos Artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. O valor global máximo estimado aceitável para a contratação de cada grupo/lote objeto desta contratação está definido na SEÇÃO do objeto e para a aceitação da proposta na SEÇÃO VIII.

4. Os serviços objeto desta contratação constam no Catálogo de Serviços do Portal de Compras do Governo – CATSERm com os seguintes códigos e descrições:

4.1. 3417 – Desinsetização / desratização / dedetização;

4.2. 13595 – Manutenção / higienização de reservatório de água potável

5. Em caso de divergência entre as especificações dos serviços indicados no Sistema Compras.gov e as constantes neste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.

6. O preço ofertado deverá ser final e nele deverão estar compreendidos todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto, tais como, e sem se limitar a: tributos; embalagens; fretes; seguros; mão de obra; materiais e equipamentos; passagens; diárias; pedágios; refeições; salários; honorários; encargos sociais, trabalhistas e lucro.

7. Possíveis inconsistências, falhas ou incorreções na especificação do objeto deverão ser alegadas no momento oportuno, não podendo constituir pretexto para a fornecedora cobrar valores extras e/ou alterar a composição de preço.

8. Os serviços ofertados deverão atender perfeitamente aos padrões técnicos de qualidade e segurança, com fornecimento de equipamentos e materiais de boa qualidade, obedecendo às normas e os padrões técnicos da ABNT (especialmente a NBR 12808/1993, a NBR 12810/1993 e a NBR 10004/2004), do INMETRO e demais normas nacionais e internacionais aplicáveis e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), devendo ser observado principalmente a prescrição contida no seu artigo 39, VIII.

SEÇÃO II – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVAS

9. As contratações pretendidas se justificam pela necessidade de eliminar e prevenir a proliferação de artrópodes de espécies diversas, especialmente insetos (baratas, formigas e assemelhados), aracnídeos e roedores (camundongos, ratos e ratazanas) bem como para atender à recomendação dos órgãos de saneamento, que orientam a realização periódica e preventivamente das limpezas em caixa de água sendo que todos os serviços descritos fazem parte do plano de manutenção das referidas unidades, a fim de manter as condições de salubridade e limpeza, em consequência, conservar a edificação, bem como preservar a saúde e integridade do público e usuário atendido pelas unidades do MPF/PR.

10. NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO - conforme inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os serviços são enquadrados como de natureza continuada, tendo em vista a necessidade do órgão de prestar atendimento ao público externo e interno, de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do MPF/PR, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional, o bom andamento dos trabalhos, a saúde dos usuários e a integridade do patrimônio público, sendo a contratação anual a medida adequada para garantir a regularidade operacional.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

11. CARACTERIZAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que podem ser especificados de forma objetiva - por padrões usuais do mercado e de natureza continuada, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar – APÊNDICE I deste documento.

12. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Considerando que o custo administrativo de se realizar uma licitação é certamente mais elevado que o objeto a ser contratado, a contratação será por meio de dispensa de licitação, em razão do valor da aquisição, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, c/c Portaria PGR/MPU nº 148/2022, em atenção aos princípios da economicidade, eficiência e celeridade.

13. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 do MPF/PR (PGEA 1.25.000.005761/2025-90).

14. MÉTODO PARA DEFINIÇÃO DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - a definição do valor máximo aceitável para a contratação foi realizada nos termos da Portaria PGR/MPU nº 100/2023.

15. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

15.1. Poderão participar desta contratação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

15.2. **Todos os grupos/lotes desta contratação**, em observância ao artigo 4º, caput, da Lei nº 14.133/2021, **serão destinados à participação exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte**, em cumprimento ao artigo 48, inciso I, c/c o artigo 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123/2006.

15.3. Não será permitida a participação de pessoas físicas na presente contratação, em razão do disposto no parágrafo único art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021:

“Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

15.4. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

SEÇÃO III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

16. Além do descrito nos ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - APÊNDICE I deste Termo de Referência, os serviços deverão atender ao disposto nesta Seção.

III.1. DO SERVIÇO DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE VETORES E PRAGAS URBANAS

17. Envolve a desinfestação e/ou prevenção de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário.

18. Os serviços de desinfestação e/ou prevenção de insetos tais como baratas, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, cupins, aranhas, traças e outros insetos rasteiros incluem, conforme seguem:

18.1. inspecionar os locais, identificando as áreas de risco;

18.2. aplicar produtos com registro no Ministério da Saúde, de marcas selecionadas.

19. Se durante o prazo da garantia dos serviços (mínimo de 90 dias) surgirem eventuais infestações de vetores, pragas urbanas e escorpiões, o produto deverá ser reaplicado sem ônus para o contratante.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

20. Serviços de desinfestação e/ou prevenção de ratos, ratazanas e camundongos, deverão ser realizados com a aplicação de 'iscas' apropriadas, as quais deverão ser depositadas dentro de 'porta iscas', devidamente identificadas, conforme seguem:

20.1. inspecionar os locais, identificando as áreas de risco;

20.2. depositar as "iscas" dentro de "porta iscas", identificado. Utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde, de marcas aprovadas.

21. Após a realização do serviço, deverá, nos termos do art. 20 da RDC nº 622/2022, afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental da empresa.

III.2. DO SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA

22. Proceder a desinfecção química pulverizando as paredes dos reservatórios com solução de hipoclorito de sódio a 14% de pureza ou hipoclorito de cálcio a 65% de pureza, mantendo úmida com o desinfetante toda a área interna do reservatório durante duas horas para eliminar bactérias patogênicas, germes e coliformes contaminantes da água.

23. Após duas horas de aplicação do desinfetante, enxaguar as paredes do reservatório, com esguicho de água limpa.

24. Eliminar o excesso de solução no fundo do reservatório retirando-o com o auxílio de pá de plástico, balde e panos, ou sistema de sucção.

25. Não permitir a saída de resíduos pela saída de distribuição de água limpa.

26. Terminado o procedimento de limpeza e desinfecção, tampar o reservatório ou a caixa d'água.

27. Restabelecer o abastecimento de água tratada.

28. Colar etiqueta autoadesiva, resistente a intempéries e indelével, no lado externo do reservatório, constando informações do serviço executado (data da limpeza e desinfecção, nome da empresa, nome do profissional e data para próxima limpeza).

29. Proceder a limpeza e remoção de resíduos e do lixo resultante dos serviços, se houver, para local apropriado, evitando transtorno ao funcionamento das atividades da CONTRATANTE.

30. Proceder a coleta de amostras de água em cada caixa e/ou cisterna para análise, 4 (quatro) dias após a execução dos serviços, providenciando a **análise e o laudo químico e bacteriológico**, entregando-o à CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

31. Repetir a execução dos serviços, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no prazo de até 7 (sete) dias contados da solicitação do fiscal técnico designado pela CONTRATANTE, caso o laudo químico e bacteriológico não comprove a potabilidade da água.

III.3. DO USO E DESCARTE APROPRIADO DE PRODUTOS

32. A CONTRATADA deverá atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 10.396, de 12 de janeiro de 2022, que a regulamenta, sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

33. Quanto ao fornecimento de produtos e equipamentos, a empresa deverá atender ao seguinte:

33.1. utilização de produtos adequados para cada tipo de ambiente, material e/ou superfície;

33.2. disponibilização de equipamentos de limpeza eficientes, modernos e bem conservados;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

34. Os produtos empregados na execução dos serviços deverão ser enquadrados nas seguintes características: classificação toxicológica de classe III (medianamente tóxicos) ou IV (pouco tóxicos), conforme estabelece a RDC nº 294, de 29 de julho de 2019, do Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância Sanitária, que estabeleceu os critérios para a classificação toxicológica destes produtos.

35. Do ponto de vista de descarte, os produtos deverão ter o menor Potencial de Periculosidade e Risco Ambiental (PPRA) possível e atender às seguintes diretrizes:

35.1. serem preparados e apropriados especificamente para cada local, sendo inócuos à saúde humana e não poderão provocar manchas nos locais de aplicação;

35.2. serem de boa qualidade, alto alcance de extermínio e que atendam à resolução RDC nº 622/2022 da ANVISA e demais normas vigentes;

35.3. estarem devidamente registrados e liberado pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais normas vigentes;

35.4. serem permitidos pela RDC nº 622/2022 da ANVISA e que também atendam a RDC nº 682/2022 do citado órgão.

III.4. CRITÉRIOS DE SEGURANÇA E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

36. Os serviços de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e de controle e prevenção de vetores e pragas urbanas envolvem riscos à integridade física dos trabalhadores, incluindo exposição a produtos químicos, risco de quedas, cortes, entre outros. Por isso, a observância às normas de segurança e a correta utilização de EPIs são essenciais para garantir a saúde dos colaboradores, evitar acidentes e manter a conformidade legal da CONTRATADA com as exigências normativas, devendo a CONTRATADA:

36.1. fornecer e garantir o uso adequado de EPIs, conforme necessário para as tarefas desempenhadas;

36.2. sinalizar, de forma adequada, os locais de trabalho, indicando áreas de risco de queda, uso de equipamentos mecanizados, emergência, entre outros;

36.3. seguir procedimentos seguros para o armazenamento, manuseio e descarte de produtos químicos utilizados na limpeza, garantindo a segurança dos colaboradores e dos ocupantes dos prédios;

36.4. adotar medidas para prevenir quedas e outros acidentes durante a execução dos serviços em altura, como o uso de escadas adequadas.

37. Os equipamentos utilizados na prestação dos serviços devem ser inspecionados regularmente para garantir seu funcionamento adequado e seguro. Qualquer equipamento danificado deve ser substituído ou reparado imediatamente.

SEÇÃO IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

38. Além do descrito no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – APÊNDICE I, os serviços deverão atender aos requisitos descritos a seguir.

IV.1. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAIS

39. CONTRATADA deverá observar, no que for aplicável, o disposto na Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal.

40. A empresa deverá apresentar Declaração de Regularidade Social conforme modelo a ser disponibilizado no Aviso de Contratação Direta nº 200053-15/2026, em que conste:

40.1. Não ter sido condenada, a empresa interessada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

40.1.1) a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

- 40.1.2) os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- 40.2. Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:
- 40.2.1) o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- 40.2.2) o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- 40.2.3) os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA); a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- 40.2.4) o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- 40.3. Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções OIT 29 e 105.
- 40.4. Cumprir, caso se aplique, a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social.
- 41.** A CONTRATADA, quando possuir quadro de funcionários com cem ou mais empregados, deverá contratar porcentagem de profissionais com necessidades especiais, conforme previsto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 93.

IV.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 42.** Não será exigida GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

IV.3. SUBCONTRATAÇÃO

- 43.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

IV.4. REQUISITOS GERAIS

- 44.** A CONTRATADA deve:
- 44.1. possuir aptidão para a execução dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com objeto deste Termo de Referência;
- 44.2. emitir notas fiscais de serviços;
- 44.3. alocar nas atividades somente trabalhadores com vínculos formais e necessariamente segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social;
- 44.4. utilizar somente as formas juridicamente válidas para a vinculação dos trabalhadores e promover sua gestão de modo responsável, com atendimento pleno das normas e direitos trabalhistas e prevenção de riscos e acidentes de trabalho;
- 45.** Nos casos de atividades, ou parte delas, controladas ou de exercício mediante autorização prévia, caberá à CONTRATADA a regularização e obtenção de respectiva(s) licença(s) ou registro(s);
- 46.** Na medida em que se trata de contratação de serviços de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e controle e prevenção de vetores e pragas urbanas, nas áreas internas e externas das unidades do edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Paraná, em Curitiba/PR, bem como nas Procuradorias da República nos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e Umuarama, adicionalmente a CONTRATADA deverá comprovar as seguintes exigências:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

46.1. comprovar capacidade técnica, estar devidamente habilitada pelo conselho profissional, conforme disposto no art. 3º, inciso X, da Resolução da ANVISA RDC nº 622/2022, e demonstrar capacidade operacional por meio dos documentos que atestam sua qualificação como PRESTADORA DE SERVIÇOS de dedetização;

46.2. o responsável técnico deve supervisionar diretamente a execução dos serviços, treinar os operadores, adquirir produtos saneantes, desinfetantes e equipamentos, orientar sobre a aplicação correta dos produtos e ser responsável por danos à saúde e ao ambiente;

46.3. o responsável técnico deve possuir registro no conselho profissional;

46.4. assumir total responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais utilizados;

46.5. possuir pelo menos 1 (um) veículo de propriedade própria ou alugado para o transporte dos produtos, em conformidade com as especificações protegidas no Art. 13 da RDC nº. 622/2022;

46.6. apresentar Alvará Sanitário emitido por órgão competente, atestando a autorização para o uso de produtos químicos, conforme regulamentação da ANVISA.

47. Essas exigências visam assegurar a segurança dos usuários de nossas unidades, a preservação do meio ambiente e a adesão às leis e normas pertinentes.

IV.5. DA VISTORIA FACULTATIVA

48. É facultado e recomendável, aos licitantes, a realização de vistoria no local onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo alegação posterior por desconhecimento das condições locais.

49. A não realização da visita não admitirá ao licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta dispensa de licitação.

50. A vistoria deverá ser agendada pelos telefones das unidades da CONTRATANTE, conforme discriminados neste termo de referência, das 13h00 às 17h00, ou pelos e-mails institucionais, no mínimo com 1 (um) dia de antecedência, e ser realizada até 1 (um) dia útil antes da realização da dispensa de licitação, no horário das 13h às 17h.

51. O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita e receberá um Comprovante de Vistoria emitido pelo CONTRATANTE, que deverá ser apresentado com a documentação para habilitação no momento da dispensa de licitação.

52. Se, por qualquer motivo, a referida declaração de vistoria não acompanhar a documentação, será considerada, se houver, a segunda via em poder do CONTRATANTE.

53. Independente da opção pela **realização** ou **não da vistoria**, a proponente deverá apresentar, na etapa de HABILITAÇÃO, **declaração formal**, assinada por seu responsável técnico ou representante legal devidamente qualificado, nos seguintes moldes (declaração abaixo disponível também no **APÊNDICE III** deste Termo de Referência):



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

APÊNDICE III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante/responsável, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-15/2026, não havendo dúvidas sobre os trabalhos a executar.

Declara, ainda, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e que dispõe de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários e adequados para a execução do objeto da contratação.

Por fim, declara estar ciente de todas as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições constantes no AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-15/2026.

(Local e data) _____, _____ de _____ de 2026.

(nome completo do responsável técnico da proponente ou
seu representante legal devidamente qualificado)

SEÇÃO V – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

54. Os serviços devem ser iniciados em **até 10 (dez) dias** contados da solicitação do Fiscal do Contrato.

55. O regime de execução é de empreitada por preço global (para o grupo/lote) e a remuneração ocorrerá por ciclo de serviço atestado.

56. Os serviços deverão ser prestados em cada uma das unidades do MPF/PR, conforme endereços abaixo. Ao longo da execução do contrato, essas unidades poderão ser expandidas, fechadas, separadas, reunidas ou mudar de endereço no mesmo município, a critério da administração superior do MPF. Eventuais alterações de endereços de sedes do MPF/PR, ao longo da contratação, dentro dos respectivos municípios, não constituem fundamento para revisão ou reequilíbrio dos valores contratuais.

57. LOCAIS DE EXECUÇÃO - os serviços deverão ser executados conforme as especificações e a periodicidade informada neste documento, nos seguintes endereços:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ	
CIDADE	ENDEREÇO E INFORMAÇÕES PARA CONTATO
Curitiba	SEDE: Rua Marechal Deodoro, 933 – Centro – CEP 80060-010 Tel. 41 3219-8833 – Curitiba/PR – prpr-nmsg@mpf.mp.br

Tabela 2: Endereços e informações de contato dos locais de execução dos serviços em Curitiba.

PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	
CIDADE	ENDEREÇO E INFORMAÇÕES PARA CONTATO
Cascavel	Avenida Brasil, 3939 – Centro – CEP 85812-002 Tel. 45 3219-7100 – Cascavel/PR – prpr-cascavel@mpf.mp.br
Foz do Iguaçu SEDE ATUAL	Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro – CEP 85851-120 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br
Foz do Iguaçu FUTURA SEDE (estimativa: 2027)	Avenida Paraná, 3.610 – Centro Cívico – CEP 85863-459 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br
Maringá	Avenida Centenário, nº 105 – Zona 08 – CEP 87050-040 Tel. 44 3221-5800 – Maringá/PR – prpr-maringa@mpf.mp.br
Umuarama	Rua Guadiana, nº 3255 – Zona I, CEP 87501-020 Tel. 44 3621-0800 – Umuarama/PR – prpr-umuarama@mpf.mp.br

Tabela 3: Endereços e informações de contato dos locais de execução dos serviços nas PRMs do interior do PR.

V.1. Do Reajuste

58. Os preços serão reajustados conforme descrito na Minuta do Contrato (ANEXO III do Aviso de Contratação Direta nº 200053-15/2026).

V.2. Obrigações da CONTRATANTE

- 59.** Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA.
- 60.** Inspecionar os materiais utilizados pela Contratada para execução dos serviços.
- 61.** Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, às dependências da CONTRATANTE para a execução dos serviços objeto desta contratação.
- 62.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.
- 63.** Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a habilitação (documentos apresentados na etapa de habilitação da Dispensa Eletrônica).
- 64.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos, após o cumprimento das formalidades legais.
- 65.** Notificar por escrito e com antecedência, quaisquer débitos porventura existentes (multas, danos causados e outros).
- 66.** Atestar os serviços executados pela CONTRATADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

- 67.** Efetuar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, por meio de servidor ou comissão especialmente designado(a), devendo este fazer anotações e registros julgados necessários de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 68.** Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto da avença em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 69.** A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua total responsabilidade pelos prazos, mão de obra e métodos ou procedimentos aplicados na execução dos mesmos, nos termos do contrato e da legislação vigente.

V.3. Obrigações da CONTRATADA

- 70.** Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta nº 200053-15/2026 e seus anexos e na proposta da CONTRATADA, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 71.** Possuir registro da empresa e do seu responsável técnico junto ao respectivo Conselho Regional, tudo em conformidade com a RDC nº 622 de 9 de março de 2022, da ANVISA, devendo apresentar essa comprovação sempre que a CONTRATANTE requisitar. A CONTRATADA deverá apresentar o laudo de potabilidade e os certificados de execução assinados por profissional habilitado.
- 72.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Lei nº 14.133/2021, art. 137, II), e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 73.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 74.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos definidos neste documento ou, caso inexistente, no prazo definido pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 75.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 76.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 77.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento. Não sendo definido prazo para atendimento às solicitações, a CONTRATADA se obriga a atendê-las em até 5 dias úteis contados da respectiva solicitação.
- 78.** Solicitar em tempo hábil todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- 79.** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 80.** Efetuar comunicação à CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 81.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

- 82.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 83.** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 84.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.
- 85.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 86.** Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade.
- 87.** Instruir seus empregados a respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da contratante.
- 88.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no instrumento convocatório, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 89.** Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios e, em casos de paralisação dos transportes coletivos.
- 90.** Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.
- 91.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso.
- 92.** Substituir, imediatamente após o recebimento da ordem correspondente emitida pela CONTRATANTE, qualquer pessoa (empregado/preposto, tarefeiro, operário, entre outros), cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente, inadequado ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do serviço, devendo sua reposição ser efetuada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 93.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 94.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 95.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.
- 96.** Caberá a CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas em legislações específicas de acidentes de trabalho quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE.
- 97.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

- 98.** Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 99.** Manter, durante o período de contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 100.** Após os serviços, manter as instalações da CONTRATANTE em perfeitas condições de operacionalidade e limpeza, respeitando todas as características originais dos ambientes que tenham sido alteradas durante suas atividades.
- 101.** Comunicar à contratante toda e qualquer alteração relativa à contratada, inclusive razão social, endereço, telefone, e-mail, etc.;
- 102.** Com fulcro no art. 5º e parágrafos, da Lei nº 11.419/2006, manter atualizado e informar à CONTRATANTE endereço de e-mail eletrônico, por meio do qual poderão ser realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como estar ciente de que se sujeitará a remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.
- 103.** A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua total responsabilidade pelos prazos, construções, mão de obra e métodos ou procedimentos aplicados na execução dos mesmos, nos termos do contrato e da legislação vigente.
- 104.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 105.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 92, XVII, e art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
- 106.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação.
- 107.** Não caucionar ou utilizar a contratação para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual.
- 108.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 109.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

SEÇÃO VI – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 110.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 111.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 112.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 113.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

114. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

115. O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

116. A gestão e fiscalização da execução contratual será realizada conforme descrito na Portaria PGR/MPU nº 28/2023 e na Lei nº 14.133/2021.

116.1. Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de falhas e/ou omissões.

117. Por força da Lei nº 10.522/2022 (art. 6º e 6-A), que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, alterada pela Lei nº 14.973/2024, antes da assinatura do contrato será procedida consulta da empresa ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, sendo que a existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação. Tanto a regularidade no CADIN quanto a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

VI.1. Da Fiscalização

118. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU Nº 28 Art. 17 VI;

119. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

120. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

121. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

VI.2. Dos Recebimentos Provisório e Definitivo

122. Em conformidade com o inciso I, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, executado o contratado, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

122.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 5 dias (cinco) dias corridos, a contar da entrega dos serviços, para efeito de posterior verificação do objeto conforme as especificações exigidas na contratação.

122.1.1) Se os serviços executados pela CONTRATADA não satisfizerem as condições exigidas, serão recusados pela fiscalização e deverão ser refeitos dentro do prazo de entrega fixado para a contratação.

122.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

123. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto – conforme descrito no Instrumento de Medição de Resultado/IMR (APÊNDICE II deste Termo de Referência) –, e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

serviços ou do fornecimento realizado em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

124. Caso a fiscalização saiba que serão aplicados o IMR e possíveis glosas, comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

125. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

126. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a serem apontadas no Recebimento Provisório.

127. Em hipótese alguma serão aceitos os serviços em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, assim como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

SEÇÃO VII – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

128. MEDIÇÃO DE RESULTADOS – a avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto no APÊNDICE II deste Termo de Referência.

129. Os critérios de medição de pagamento estão descritos na Minuta do Contrato – ANEXO III do Aviso de Contratação Direta nº 200053-15/2026.

SEÇÃO VIII – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, REGIME DE EXECUÇÃO E PREÇO MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

130. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

131. O critério de julgamento será pelo **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO/LOTE** e o regime de execução será de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

132. Sugere-se, como **intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, o **percentual de 0,5%** (cinco décimos por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

133. Toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá.

134. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no sistema Compras.gov e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

135. Para fins da etapa de lances e julgamento das propostas, a empresa interessada deverá cadastrar no Compras.gov.br o preços unitários e global do grupo/ lote em que participar, com 2 (duas) casas decimais, considerando a composição de custos informada na tabela descrita nesta Seção, inclusas todas as despesas diretas e indiretas com equipamentos, insumos, materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

136. O PREÇO GLOBAL estimado máximo com os GRUPOS/LOTES e respectivos itens objeto desta contratação são os seguintes:

GRUPO/LOTE 1					
LOCAL DE EXECUÇÃO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ Rua Marechal Deodoro, 933 – Centro – CEP 80060-010 Tel. 41 3219-8700 – Curitiba/PR – prpr-gc@mpf.mp.br					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO x QTDE (R\$)
1	Limpeza de caixas d'água ✓ 1 Cisterna com 18 m ³ ✓ 1 Caixa d'água elevada com 45 m ³ . ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
2	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 588,43 m2, sendo: - Subsolo 1 - 225,41 m2 - Subsolo 2 - 267,21 m2 - Copas do 1º ao 15º andar 59,27 m2 - Área externa 36,54 m2 <u>Garantia dos serviços:</u> 03 meses contados do recebimento definitivo	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 1.100,00	R\$ 2.200,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO GRUPO/LOTE 1 =>					R\$ 3.600,00

Tabela 1 – composição dos preços – GRUPO/LOTE 1



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

GRUPO/LOTE 2					
LOCAL DE EXECUÇÃO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL Avenida Brasil, 3939 – Centro – CEP 85812-002 Tel. 45 3219-7100 – Cascavel/PR – prpr-cascavel@mpf.mp.br					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO x QTDE (R\$)
3	Limpeza de caixas d'água ✓ 1 Caixa d'água com 1,75 m³ ✓ 1 Caixa d'água com 2 m³ ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
4	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 1.400 m² <u>Garantia dos serviços:</u> 03 meses contados do recebimento definitivo.	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 2.130,00	R\$ 4.260,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO GRUPO/LOTE 2 =>					R\$ 6.260,00

Tabela 2 – composição dos preços – GRUPO/LOTE 2

GRUPO/LOTE 3					
LOCAL DE EXECUÇÃO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU <u>Sede atual:</u> Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro – CEP 85851-120 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br <u>Futura sede (estimativa 2027):</u> Avenida Paraná, 3.610 – Centro Cívico – CEP 85863-459 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO x QTDE (R\$)
5	Limpeza de caixas d'água - Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro	SERVIÇO	02 (1 por	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

GRUPO/LOTE 3

LOCAL DE EXECUÇÃO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Sede atual:

Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro – CEP 85851-120

Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br

Futura sede (estimativa 2027):

Avenida Paraná, 3.610 – Centro Cívico – CEP 85863-459

Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO x QTDE (R\$)
	✓ 3 Caixas d'água com 10 m ³ ✓ 1 Caixa d'água com 3 m ³ ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.		semestre)		
6	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas - Rua Edmundo de Barros, Nº 660, Centro Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 2.317,40 m ² <u>Garantia dos serviços:</u> 03 meses contados do recebimento definitivo.	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 2.200,00	R\$ 4.400,00
7	Limpeza de caixas d'água - Avenida Paraná, 3.610 – Centro Cívico ✓ 2 Caixas d'água com 1 m ³ cada ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
8	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas - Avenida Paraná, 3.610 – Centro Cívico Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 1.157,98 m ²	SERVIÇO	04 (1 por trimestre)	R\$ 1.300,00	R\$ 5.200,00



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

GRUPO/LOTE 3					
LOCAL DE EXECUÇÃO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU <u>Sede atual:</u> Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro – CEP 85851-120 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br <u>Futura sede (estimativa 2027):</u> Avenida Paraná, 3.610 – Centro Cívico – CEP 85863-459 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO x QTDE (R\$)
	<u>Garantia dos serviços:</u> 03 meses contados do recebimento definitivo.				
VALOR GLOBAL ESTIMADO GRUPO/LOTE 3 =>					R\$ 14.800,00

Tabela 3 – composição dos preços – GRUPO/LOTE 3

GRUPO/LOTE 4					
LOCAL DE EXECUÇÃO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ Avenida Centenário, nº 105 – Zona 08 – CEP 87050-040 Tel. 44 3221-5800 – Maringá/PR – prpr-maringa@mpf.mp.br					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO x QTDE (R\$)
9	Limpeza de caixas d'água ✓ 2 Caixas d'água com 10 m³ cada, totalizando 20 m³ ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
10	Limpeza de caixas d'água ✓ 1 Caixa d'água com 3 m³ ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 300,00	R\$ 600,00
11	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário.	SERVIÇO	04 (1 por trimestre)	R\$ 1.200,00	R\$ 4.800,00



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

GRUPO/LOTE 4					
LOCAL DE EXECUÇÃO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ Avenida Centenário, nº 105 – Zona 08 – CEP 87050-040 Tel. 44 3221-5800 – Maringá/PR – prpr-maringa@mpf.mp.br					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO x QTDE (R\$)
	✓ Área total de aplicação: 2.830 m2 (1450 m² área interna e 1380 m² área externa, aproximadamente) <u>Garantia dos serviços:</u> 03 meses contados do recebimento definitivo.				
VALOR GLOBAL ESTIMADO GRUPO/LOTE 4 =>					R\$ 7.800,00

Tabela 4 – composição dos preços – GRUPO/LOTE 4



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

GRUPO/LOTE 5					
LOCAL DE EXECUÇÃO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA Rua Guadiana, nº 3255 – Zona I, CEP 87501-020 Tel. 44 3621-0800 – Umuarama/PR – prpr-umuarama@mpf.mp.br					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO x QTDE (R\$)
12	Limpeza de caixas d'água ✓ 1 Caixa d'água com 10 m ³ (sob demanda) ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	SERVIÇO	01 (sob demanda)	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
13	Limpeza de caixas d'água ✓ 1 Caixa d'água com 5 m ³ ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00
14	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 2.002,14 m ² (1.860,44m ² – área interna; 141,70m ² – área externa) <u>Garantia dos serviços:</u> 03 meses contados do recebimento definitivo.	SERVIÇO	02 (1 por semestre)	R\$ 1.390,00	R\$ 2.780,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO GRUPO/LOTE 5 =>					R\$ 5.780,00

Tabela 5 – composição dos preços – GRUPO/LOTE 5

137. Não se aplica-se ao objeto da presente contratação a situação prevista no inciso III do art. 49 da Lei Complementar 123/2006.

SEÇÃO IX – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

138. Para fins de habilitação, a empresa participante deverá comprovar os seguintes requisitos dispostos a seguir.

139. HABILITAÇÃO JURÍDICA – conforme previsto no AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-15/2026.

140. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA – conforme previsto no AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-15/2026.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

141. HABILITAÇÃO TÉCNICA – as participantes deverão apresentar a seguinte documentação referente à qualificação Técnica:

141.1. **Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza dos Serviços**, conforme modelo do APÊNDICE III deste Termo de Referência, assinada pelo responsável técnico ou representante legal da empresa interessada, sob as penas da lei.

141.2. **Declaração de vistoria** (não obrigatória), caso tenha realizado.

141.3. **Alvará de Funcionamento da empresa e Licença Ambiental e Sanitária** expedida pelo respectivo órgão competente.

141.4. **Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente**, por meio da apresentação de **certidão(ões) ou atestado(s)** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, desde que não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

141.5. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

141.5.1) **comprovação de experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e controle e prevenção de vetores e pragas urbanas, com áreas predominantemente de escritório ou similar, com fornecimento de materiais.**

141.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

141.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

141.8. A proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

141.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

141.10. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

SEÇÃO X – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

142. As condições referentes às infrações e sanções administrativas estão descritas na Minuta do Contrato – ANEXO III do Aviso de Contratação Direta nº 200053-15/2026.

SEÇÃO XI – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

143. As despesas com o presente Aviso de Contratação Direta ocorrerão à conta da Categoria Econômica 3.3.90.39 – Serviços Pessoa Jurídica.

144. Projeto/Atividade: 03062058142640001 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público Federal – Nacional.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(arquivo eletrônico disponível para download
no sítio do Sistema Compras.gov: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
e no Portal da Transparência do MPF: <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>)

APÊNDICE II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

INTRODUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) aplicado aos serviços de higienização de reservatórios de água e controle e prevenção de vetores e pragas urbanas nas sedes da Procuradoria da República no Paraná (PR-PR), sob a égide da Lei nº 14.133/2021, tem por objetivo a gestão contratual orientada à governança pela entrega efetiva de valor público, onde a eficiência operacional e a mitigação de riscos sanitários são os pilares centrais.

O IMR visa assegurar a integridade biológica e a estanqueidade do sistema de distribuição de água, bem como o controle rigoroso de patógenos ambientais, permitindo o monitoramento contínuo e preventivo, garantindo que o pagamento pela Administração esteja condicionado à qualidade técnica aferida e não apenas à mera disponibilidade da mão de obra ou execução de tarefas.

ITEM 1: QUALIDADE DA ÁGUA (POTABILIDADE)

A aferição da qualidade do serviço de limpeza de reservatórios fundamenta-se na garantia de que o procedimento técnico assegurou a integridade sanitária do sistema de armazenamento.

Critério	Especificação
Finalidade	Garantia do objetivo sanitário e segurança biológica do sistema de distribuição para consumo humano.
Meta	100% de conformidade técnica com os padrões estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021.
Metodologia de Verificação	Apresentação de laudo químico e bacteriológico, emitido por laboratório devidamente habilitado, no prazo máximo de 30 dias após a execução do serviço.
Glosas e Sanções	Em caso de laudo insatisfatório, a contratada deve repetir o serviço sem ônus à Administração. A persistência de resultados negativos ou o descumprimento do prazo de entrega do laudo enseja glosa de 10% sobre o valor do item, à cada negativa ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

	descumprimento de prazo.
--	--------------------------

ITEM 2: EFICÁCIA DO CONTROLE DE PRAGAS (AUSÊNCIA DE INFESTAÇÃO)

O controle de pragas deve ser mensurado pela sua eficácia residual e capacidade de manter os ambientes livres de vetores durante todo o intervalo entre aplicações.

Critério	Especificação
Finalidade	Manutenção dos ambientes das sedes rigorosamente livres de vetores e pragas urbanas, respeitando o período de garantia técnica de 03 (três) meses para cada aplicação.
Meta	A meta é de zero ocorrências de infestação ou reinfestações nas áreas tratadas dentro do prazo de garantia técnica.
Metodologia de Verificação	Confronto entre os relatórios de ocorrência emitidos pela fiscalização e o registro de chamados extras de "reforço" solicitados à contratada.
Glosas e Sanções	A necessidade de mais de 2 (dois) chamados de reforço por semestre para a mesma área evidencia a ineficácia do(s) produto(s) ou falha na metodologia de aplicação. Tal condição gera pontuação negativa no IMR, resultando em redução de 10% no pagamento do valor semestral do contrato.

ITEM 3: NÍVEL DE SERVIÇO (PONTUALIDADE E DISPONIBILIDADE)

Este indicador monitora a agilidade da contratada frente ao cronograma ordinário e, prioritariamente, sua capacidade de resposta a eventos críticos que possam comprometer a higiene das sedes.

Critério	Especificação
Finalidade	Pontualidade na prestação dos serviços nas datas e horários agendados, conforme solicitação oficial da fiscalização.
Meta	Atraso tolerado de uma hora em relação ao horário agendado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

Metodologia de Verificação	Ordem de Serviço (OS) digitalizada, datada e assinada, confrontada tecnicamente com os registros do sistema de chamados.
Glosas e Sanções	Atraso injustificado no início dos serviços ou não execução dos serviços no dia e horário agendados implica em glosa de 1% a 5% por ocorrência sobre o valor semestral do contrato, conforme a gravidade, sem prejuízo da abertura de processo administrativo sancionatório.

5. JUSTIFICATIVA DA GESTÃO POR RESULTADOS

Instrumento de Eficiência Administrativa: O IMR estabelece uma gestão proativa onde o desempenho é o balizador do pagamento.

Eficiência na Liquidação da Despesa via Fator de Ajuste: Diferente do modelo punitivo convencional, o IMR atua como um ajuste de preço. A Administração deixa de pagar pelo serviço integral quando a qualidade entregue (como a potabilidade ou a ausência de pragas) é parcial, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro sob a ótica do valor público.

Mitigação de Riscos Jurídicos e Operacionais: O IMR oferece uma escala de gradação de falhas que evita a dependência exclusiva de medidas extremas. Ao aplicar glosas proporcionais e pontuações de desempenho, a fiscalização corrige desvios de execução em tempo real, prevenindo a necessidade de rescisões contratuais traumáticas por degradação continuada do serviço.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

A aplicação das glosas e descontos financeiros previstos neste instrumento deve observar estritamente o princípio da proporcionalidade e a ampla defesa. A gradação das infrações visa o caráter educativo e a manutenção do padrão de excelência sanitária exigido para as unidades da PR-PR.

APÊNDICE III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante/responsável, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-15/2026, não havendo dúvidas sobre os trabalhos a executar.

Declara, ainda, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e que dispõe de mão de obra, materiais, insumos (adubos, terra vegetal), herbicidas domissanitários e maquinário necessários e adequados para a execução do objeto da contratação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

Por fim, declara estar ciente de todas as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições constantes no AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-15/2026.

(Local e data) _____, _____ de _____ de 2026.

(nome completo do responsável técnico da proponente ou
seu representante legal devidamente qualificado)